

'De forma "categórica"'

Lurdes Pintasilgo desmente divisão entre governantes

Maria de Lurdes Pintasilgo desmentiu ontem, de forma que a própria classificou de «categórica», a alegada existência de divergências no seio do Governo. Trata-se de notícias «completamente destituídas de fundamento», disse a primeiro-ministro, acrescentando que visam «lançar uma suspeita de divisão (...) relativa a um Governo que parece incomodar certos sectores da vida portuguesa». Nesse sentido, considerou que tais ru-

mores, propalados com um «objectivo muito claro e muito obvio», podem constituir «uma afronta ao povo português».

Conforme se refere mais desenvolvidamente na página 4, estas declarações foram proferidas no final de uma reunião em Belém destinada a habilitar o Presidente da República com os elementos necessários às conversações que irá manter em Paris sobre o sector têxtil.

Outros membros do Executivo, entretanto, efectuaram, também ontem, desmentidos sobre a mesma matéria. O ministro da Comunicação Social fé-lo «formalmente», classificando tais notícias de «manobra, para não lhe chamar calúnia». Por seu turno, o ministro Correia Gago, recusando-se a tecer outros comentários, afirmou «não crer que esteja em causa a continuidade do Governo».

Não existem divergências entre membros do Governo

Fundação Cuidar o Futuro
— afirma Maria de Lurdes Pintasilgo

Maria de Lurdes Pintasilgo considera «completamente destituída de fundamento e de afronta ao povo português» notícias sobre alegadas divisões no Executivo, ultimamente surgidas nalguns órgãos de Informação.

A primeiro-ministro fez este comentário, que classificou de «categórica», no final de uma reunião com o Presidente da República, dois outros membros do Governo e dirigentes da Indústria têxtil, destinada a preparar a viagem de Ramalho Eanes a Paris.

Essas notícias, disse Maria de Lurdes Pintasilgo, têm um «objectivo muito claro e muito obvio». Trata-se, continuou, de «lançar uma suspeita de divisão, talvez de hesitação ou de falta de orientação mesmo, relativa a um Governo que parece incomodar certos sectores da vida portuguesa».

«Isso não só me parece muito pouco correcto e leal da parte dos órgãos de Informação que propagam essas notícias como me parece uma afronta ao povo português, que está trabalhando o dia inteiro, pensando que tem um Governo que está trabalhando também para o seu bem e, entretanto, há gente preocupada em tentar servir de «écran» entre o Governo e o povo, para que o povo fique alarmado e preocupado.»

Maria de Lurdes Pintasilgo frisou que quem está a perder no meio disto tudo é o povo, porque está a ser conduzido a acreditar

simplesmente em boatos». Sobre esses boatos, o primeiro-ministro disse parecerem cobras de ficção», perante as quais a única coisa que «um Governo responsável pode fazer é continuar a trabalhar».

Nem mesmo sobre os problemas levantados pela entrega de reservas na zona da Reforma Agrária existem divergências no Governo, continuou Maria de Lurdes Pintasilgo, lembrando que o Programa do seu Executivo referia claramente que as entregas continuariam a ser feitas, no cumprimento da Lei, facto que todos os ministros aceitaram. O que existe, disse, é medida que as acções prosseguem, é uma avaliação sobre a sua execução, bem como a necessidade de encarar vários factores «que os acontecimentos da última semana tornaram de certa maneira imperativos».

Maria de Lurdes Pintasilgo explicou a sua presença em Belém pela necessidade de dar prioridade à preparação da partida de Ramalho Eanes, acrescentando que, após a reunião com os industriais têxteis, tratara com o Presidente da República de assuntos da administração corrente. Um dos problemas tratados foi o recente naufrágio do balcão «Cidade de Aveiro» e as medidas a tomar com os navios portugueses na Terra Nova.

Desmentido sobre problemas no seio do Executivo foram também feitos, ontem, pelo ministro da Comunicação Social, após uma reunião com Maria de Lurdes

Pintasilgo, ao princípio da tarde. Negando «formalmente» divergências, o major João Figueiredo disse que não se entendem, após o apelo permanente que tem sido feito ao Estatuto do Jornalista e às suas normas deontológicas, as notícias de cisão, bloco e divergências de votação, postas a circular ultimamente.

Essas notícias foram classificadas por João Figueiredo como «uma manobra, para lhes não chamar calúnia», frisando o ministro não entender «com que fim são divulgadas». João Figueiredo considerou ainda «matutal» que haja colisão com as disponibilidades e com o pelouro das Finanças, que age com uma certa contenção face aos anseios de cada área.

Um outro ministro, Correia Gago, declarou também, no final da cerimónia de posse dos novos directores do Gabinete da Área de Sines, a que nos referimos nesta mesma página, que «o Governo é um órgão colegial e constituído por 16 ou 17 pessoas, pelo que espantoso seria que todos pensassem de igual modo».

O ministro da Coordenação Económica e do Plano, que respondia a perguntas dos jornalistas sobre eventuais divergências no Executivo, recusou-se a tecer mais comentários, «para não contribuir para especulações», e afirmou não crer que esteja em causa a continuidade do Governo, «até porque se sabe perfeitamente que a sua vida é, desde à partida, efémera».

